

# A Construção da Imagem Pública de Dilma Rousseff no Ciberespaço: Misoginia, estereótipos e relações de gênero<sup>1</sup>

Elizabeth Christina de Andrade Lima (UFCG/Paraíba)

**Palavras-chave:** Misoginia; Ciberespaço; Estereótipos.

## 1. Introdução

Passada a euforia da vitória pela segunda vez da Presidenta Dilma Rousseff, nas Eleições 2014, em uma campanha marcada por denúncias, desaforos e desrespeitos por parte dos candidatos que protagonizaram uma das campanhas mais vorazes e destrutivas para a democracia brasileira um fato nos chamou a atenção: a forte presença da mídia escrita, televisiva e do *ciberespaço* na tentativa de desconstrução da imagem pública<sup>2</sup> da então eleita Presidenta Dilma Rousseff.

Fizemos questão de na semana seguinte a posse da Presidenta Dilma Rousseff pesquisar sobre a edição da capa de algumas das revistas semanais brasileiras, porque acreditávamos que ao modo da primeira vitória, em 2010, ela seria ovacionada e sua vitória comemorada pelo aspecto histórico que tal fato representava, pois novamente marcava-se o seu protagonismo: a primeira mulher reeleita à Presidência do Brasil.

O que observamos com tal procura foi uma situação de verdadeira invisibilidade da mídia para com a figura da recém eleita Presidenta e, posteriormente, nos meses que se seguiram ao segundo governo à propagação de narrativas marcadas pela misoginia e pela exacerbação de práticas e discursos de ódio, particularmente no *ciberespaço*. Para tanto, este artigo objetiva propor a confluência entre três temas: gênero, política e mídia. Embora saibamos que existe toda uma tradição de trabalhos acadêmicos para cada um dos pares de temas, a interseção das três temáticas ainda é campo pouco estudado no Brasil.

Acreditamos que propor tal interseção, tomando como caso para análise a desconstrução da imagem pública de Dilma Rousseff é interessante na medida em que a visibilidade nos meios de comunicação de massa é um fator fundamental na produção

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.

<sup>2</sup> “A imagem pública de um sujeito qualquer é, pois, um complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam. Imagens Públicas são concepções caracterizadoras. (...) Caracterizar, portanto, é estabelecer uma personalidade e uma personagem, uma forma de existência em si mesma e uma forma de existência para fora, de existência representacional, de imagem”. (GOMES, 2004, p.254-255)

de capital político nas sociedades contemporâneas. Em outras palavras, como defendem Miguel e Biroli (s/d, p.05) a mídia pode e deve ser pensada como uma esfera de representação. “Como um espaço privilegiado de difusão de representações do mundo social e que, por isso mesmo, se estabelece como momento de uma representação especificamente política.”

Temos observado, por parte da mídia, uma tentativa extremamente competente de desconstruir a imagem pública da Presidenta. O que lemos, ainda durante a campanha presidencial, e continuamos lendo, é uma enxurrada de críticas ao seu governo e uma tentativa de associar à sua imagem a escândalos de corrupção, à ineficiência administrativa, a incompetência para governar o Brasil. O que temos observado é uma escala crescente de discursos e práticas que tentam desqualificar a Presidenta. Sejam nas redes sociais, como o *Facebook* em páginas que se intitulam: “Dilma Sapatão” ou “Dilma Vadia”, “*Impeachment* da "maldita" Dilma”,<sup>3</sup> entre uma gama de outras páginas do *Facebook* que estimulam o ódio contra a Presidenta e contra o PT, seja no formato de manifestações públicas, protestos contra a Presidenta – pedidos de *impeachment*, orquestrados e ocorridos no Brasil por manifestações de grupos que se auto intitulam de “Revoltados *on-line*”, “Vem pra rua”, “Movimento Brasil Livre” (MBL) e o “SOS Militares” – vemos se repetir o discurso de repúdio e misoginia a ela dirigidos.

Nunca se viu e se leu tantas manifestações de desrespeito a uma figura pública. Mal a Presidenta assumiu o governo as manifestações não cessam de acontecer, em forma de palavras altamente violentas, tais como: “Dilma vai tomar no cú”, “Dilma biscatona véia”, “Vai pra Cuba comunista de merda”, “Vaca”, “Vagabunda”, “Balança que a quenga cai”, entre outros. A Presidenta se vê isolada no poder e desprotegida por uma saraivada de críticas, acusações e expressões de ódio que a cada dia, ganham maior destaque e visibilidade midiática e que acabaram por certamente fortalecer o seu afastamento por cento e oitenta dias da presidência para responder ao processo de *impeachment*, em votação ocorrida no Senado Federal no dia 12 de maio de 2016 como desenrolar do processo aceito pelo Presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha, no mês de dezembro de 2015.

---

<sup>3</sup> <https://www.facebook.com/pages/Dilma-Sapatao/1393692150893618?fref=ts>, acesso em 31/05/2015, <https://www.facebook.com/pages/DILMA-VADIA/390752141045603?fref=ts>, acesso em 31/05/2015 e <https://www.facebook.com/pages/Impeachment-da-maldita-Dilma/877477795597879>, acesso em 31/05/2015, respectivamente.

Nosso intento, pois, é propor algumas reflexões sobre narrativas de ódio e de misoginia<sup>4</sup> propagados nas redes sociais, particularmente no *Facebook* e nos *Blogs*, sobre a Presidenta Dilma Rousseff tentando entender como o discurso do ódio, aliado ao de ressentimento, tem propiciado uma leva de expressões e práticas altamente violentas a figura da mulher e da estadista.

## **2. Panorama das campanhas de 2010 e 2014 para Presidência do Brasil**

A partir de 2010 a história política brasileira sofreu alguns marcos significativos e transformadores, um deles, sem dúvida, foi a utilização massificada da internet por parte dos candidatos e seus eleitores. Através das mídias sociais os postulantes aos cargos eletivos experimentaram um mundo de possibilidades para a conquista de votos e os eleitores tiveram a oportunidade de interagir e acompanhar as campanhas eleitorais de uma forma bem mais intensa.

Essa interação se deu por meio do chamado *ciberespaço* – representado pelas mídias sociais como *Blogs*, canais de vídeos e redes sociais. O *ciberespaço*, aponta Lévy (1999, p.224): “é um ambiente comunitário, transversal e recíproco”, onde em tese, todos os sujeitos conectados estariam em potencial equilíbrio na relação, podendo exercer simultaneamente os papéis de ‘emissor’ e ‘receptor’ das informações em circulação na rede. Dito de outro modo, trata-se de um modelo dialógico, possibilitando o surgimento de um espaço propício de ‘interação geral’ a partir da interconexão e da criação de comunidades virtuais.

As eleições de 2010 tornaram-se emblemáticas por apresentarem fatos inéditos, como observado acima. O uso do *ciberespaço* para a realização das campanhas eleitorais e a vitória de Dilma Rousseff abriu um leque de possibilidades de análises a respeito da cultura política brasileira. Através da análise desses espaços virtuais, utilizados para realização de campanhas políticas, podemos perceber como se deu a construção e desconstrução das imagens públicas<sup>5</sup> dos candidatos ao longo de todo

---

<sup>4</sup> Segundo o sociólogo e autor do Dicionário de Sociologia, Allan G. Johnson, “a misoginia é uma atitude cultural de ódio às mulheres porque elas são femininas”, e ainda: “a (misoginia) é um aspectos central do preconceito sexista e ideológico, e, como tal, é uma base importante para a opressão de mulheres em sociedades dominadas pelo homem. A misoginia é manifesta em várias formas diferentes, de piadas, pornografia e violência ao auto-desprezo que as mulheres são ensinadas a sentir pelos seus corpos.” Consultar: <http://ethosproject.blogspot.com.br/2012/04/misoginia-e-machismo.html>. Postado em 14/04/2012, acesso em 26/05/2016.

<sup>5</sup> “A imagem pública de um sujeito qualquer é, pois, um complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer, e que o caracterizam. Imagens Públicas são concepções caracterizadoras. (...) Caracterizar, portanto, é estabelecer uma personalidade e uma personagem, uma

processo eleitoral. Podemos ainda analisar a forma como as candidaturas femininas foram abordadas nesses espaços, ou melhor, *ciberespaços*, e como as questões de gênero foram colocadas nessa dinâmica política no mundo virtual.

Assim como nas eleições de 2010, o processo eleitoral em 2014 também foi marcado pelo uso da internet para fins eleitorais. Porém de uma maneira muito mais intensa. Com a democratização da internet o acesso maior a aparelhos tecnológicos que permitem com maior facilidade o uso da rede, os brasileiros fizeram dessa eleição, a eleição virtual. Debates, discussões acaloradas, trocas de farpas entre os candidatos e piadas sobre os postulantes, estiveram em alta durante o período eleitoral. Se por um lado, o uso da internet, nesse período de campanha eleitoral, trouxe o eleitor para perto da política cotidiana, por outro lado, instaurou um clima de disputas e rivalidades fazendo com que os usuários da rede se dividissem entre oposição e governistas.

Diante desse quadro as questões relacionadas ao gênero dos candidatos e candidatas também foram, nem que de forma subliminar, colocadas em pauta. A imagem da mulher na política foi questionada, debatida, defendida, construída e desconstruída a partir das diferentes colocações tanto dos concorrentes quanto dos usuários dessas mídias. Assim um importante aspecto que devemos pontuar diz respeito às relações de gênero presentes nas disputas eleitorais.

Visto que tratamos aqui da construção da imagem pública da candidatura de uma mulher, nossa reflexão também se volta para os aspectos referentes às singularidades do feminino presentes ou não nos discursos e ações que envolvem a imagem de Dilma Rousseff. Adotamos o conceito proposto por Scott (1990), ao afirmar que gênero refere-se a um sistema de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens. Gênero, seguindo a explicação de Scott, difere de Sexo, visto que esse último refere-se às diferenças biológicas, enquanto que o segundo diz respeito às diferenças sociais, culturais dentro de um contexto histórico.

Quando é acionada a categoria gênero no contexto do universo político é preciso salientar que a construção dos discursos e imagens por parte dos atores políticos depende da forma como se dão as relações sociais entre homens e mulheres. As diferenças na maneira como os atores agem dentro da esfera política diz muito sobre as expectativas da sociedade a respeito dos papéis sociais de mulheres e homens. As

---

forma de existência em si mesma e uma forma de existência para fora, de existência representacional, de imagem". (GOMES, 2004, p.254-255)

eleições representam um ambiente propício para a análise da construção social desses papéis sociais, visto que em espaços de disputa de poder ficam mais evidentes as diferenças culturais, sociais e políticas que norteiam as relações de gênero.

Diferente de outras campanhas femininas que retratam a mulher com certa delicadeza (BARREIRA, 2008), Dilma é representada pela força e coragem. Porém ao mesmo tempo podemos perceber elementos comuns em discursos que apelam para singularidades do feminino, como, por exemplo, imagens mostrando-a enquanto mãe, avó e dona de casa. A sua campanha foi pautada nesses dois eixos: a imagem de uma mulher forte ao lado da figura maternal. Essa ambivalência é comum quando se trata da construção de candidaturas femininas, visto que uma das características desse fenômeno político-social é justamente a utilização de discursos que destaquem as qualidades tidas como femininas, o lado maternal, o cuidado, o zelo; mas também reforçam a ideia da mulher forte, capacitada, aquela que sabe cuidar do espaço público, comandar, decidir. E talvez tenha sido e continue a ser essa ambiguidade, essa falta de uma definição mais clara para o eleitor de “quem é essa mulher”, que incomoda tanto. Numa sociedade marcada pelo patriarcado e pelo machismo, pessoas como Dilma Rousseff incomodam porque ela parece ser mais um ser “anômalo”, que não cabe tão facilmente em nosso sistema de classificação e significação social (LEACH, 1978). Daí porque certos termos para adjetivá-la, tais como: “mulher macho”, “gerentona”, “sapatão” e “aquela mulher”.

As mulheres ao adentrarem no cenário político necessitam mais do que os homens, já que estes desfrutam “naturalmente” de um “direito político” pelo fato de serem homens, de (re) afirmar valores morais, sociais e éticos. As mulheres desde seu nascimento são educadas, preferencialmente, a uma atuação na esfera privada, cuidados com a casa, irmãos, marido, filhos e a posição de recatada e obediente aos seus “tutores”, representados por uma figura masculina. Sob esse ponto de vista, as mulheres ao disputarem um cargo público acabam sendo conduzidas à manutenção e preservação desses valores. A candidata deve apresentar-se enquanto uma boa esposa, dona de casa e mãe de família. Fugir a essas regras e valores parece ter peso fundamental no que se refere a sua escolha enquanto candidata. Sobre isso, Goffman (1982), nos ensina que: “os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem probabilidade de serem neles encontrados.” (GOFFMAN, 1982, p. 05).

O direcionamento de estigmas e estereótipos dirigidos às mulheres políticas tem se mostrado uma prática recorrente. Os espaços de poder ainda são negados as mulheres, que devem se conformar com os papéis socialmente atribuídos a elas;

As mulheres estão habituadas à exigência de superqualificação, imposta aos integrantes de grupos subalternos que ingressam em espaços privilegiados. Elas sabem, ainda que de forma intuitiva, que lhes é cobrada uma competência superior para que possam exercer tais funções. (MIGUEL & BIROLI, 2011, p. 94).

É nesse contexto de um sistema patriarcal, sexista e estruturado num divisão sexual do trabalho, que as mulheres, apesar de sua presença nesses espaços, continuam a enfrentar diversos obstáculos e estigmas quanto a sua legitimação frente a um cargo público.

### **3. Estereótipos de Gênero e práticas de misoginia dirigidas a Dilma Rousseff**

No jogo de abertura da Copa do Mundo, realizado no Brasil, em junho de 2014, a Presidenta Dilma ao ser anunciada no Estádio, recebeu de parte da “torcida” um sonoro “vai tomar no cú”. Tal xingamento não é somente uma demonstração isolada de misoginia; desde que assumiu a presidência, Dilma tem sido alvo de todo tipo de manifestação preconceituosa, que vão desde as críticas ao seu guarda-roupa<sup>6</sup> ou cabelo e passam por formas pouco educadas de se referir a uma chefe de Estado. Ademais, Carla Rodrigues em seu texto, “a difícil tarefa de reagir a misoginia”, acrescenta:

São de uso comum expressões como “a mulher”, “a dona”, “a patroa”, modos naturalizados de se referir às mulheres como donas de casa, e forma de reduzir a importância da figura da Presidente da República. E não apenas entre os pouco escolarizados, como o porteiro que um dia desses dizia que estava tudo uma grande bagunça porque tinha uma mulher na presidência, mas também em episódios recentes em que um economista fez uma palestra pública para uma plateia majoritariamente feminina durante a qual só se referia à Dilma como “a mulher”.<sup>7</sup>

Assim que o nome de Dilma foi escolhido para a disputa eleitoral, no ano de 2010, críticas foram feitas pela imprensa a respeito de seu “temperamento forte”. A polêmica de que até mesmo Ministros teriam se queixado ao Presidente Lula quando ela era Ministra da Casa Civil, reforçou a representação de “mandona”. Para dirimir essas avaliações sobre o seu “jeito de ser” a candidata assim se expressou em seu *Blog*:

Eu faço o seguinte: não exijo de ninguém o que eu não dou... Numa equipe, cada um tem de fazer o seu papel. Se me cabe fazer a

---

<sup>6</sup> Facilmente podem ser consultados sites que ridicularizam o jeito da Presidenta vestir-se: por exemplo, o seu vestido, usado na cerimônia da posse em primeiro janeiro de 2015, de renda, foi comparado a um pano de mesa de centro; uma outra blusa a penugem de um guiné; uma outra camisa ao mesmo tecido utilizado para cobrir um estofado, e por último, um vestido seu foi comparado a palha que recobre uma pamonha de milho.

<sup>7</sup> <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/dilma-virgula-muda-mais/>. Acesso em 19/06/2014.

coordenação, eu cobro prazo, realização e também presto contas... Isso é princípio elementar de trabalho em grupo.<sup>8</sup>

Ao ser entrevistada pelo Jornal “The Washington Post”, no dia 25 de junho de 2015, a Presidenta afirmou crer que muito do que tem sofrido em termos de críticas ao seu governo, passa por um recorte e preconceito de gênero, ao ser indagada pelo seu estilo de “*micromanager*”, ou seja, de chefe controladora ou centralizadora, ela assim se manifestou:

"Alguma vez você já ouviu alguém dizer que um presidente do sexo masculino coloca o dedo em tudo? Eu nunca ouvi falar disso", comparou. "Eu acredito que há um pouco de preconceito sexual ou um viés de gênero. Sou descrita como uma mulher dura e forte que coloca o nariz em tudo e estou cercada de homens meigos", contestou.<sup>9</sup>

Ainda a respeito de seu suposto “gênio forte” e das especulações acerca de sua vida amorosa, algo bastante vasculhado por seus adversários, Dilma asseverou durante a campanha de 2010:

O preconceito no Brasil é uma coisa engraçada. Por exemplo, você estava falando dessa mulher dura, mandona. Você já viu algum homem ser chamado de mandão e durão? Eu fico sempre intrigada por que os homens são sempre meigos, bonzinhos, delicados. Outro dia, o Paulo Bernardo (ministro do Planejamento) ria muito porque ele falou que é o meigo-mor. Eu nunca vi, no Brasil inteiro, dizer que havia um homem duro. Outra coisa que achei interessante foi à investigação da minha vida amorosa. Cheguei à conclusão de que sou a única pessoa que tem vida amorosa no País.<sup>10</sup>

Nunca é demais lembrarmos que vivemos em uma sociedade patriarcal e essencialmente *falocêntrica*, ou seja, cingida pela superioridade masculina. O patriarcado exacerba a ideia de que mulheres, seus corpos e mentes são moldados por falos ou homens, moldados por sua vida sexual. Mulheres então são julgadas, independentemente de terem muitas relações sexuais com machos ou não se relacionarem com eles. A mulher que na disputa por espaços de poder, particularmente no ambiente da política, ousa ser incisiva ou ter pulso forte; a mulher que reivindica seu espaço num meio masculinizado como a política, sofre tentativas de silenciamento. Um exemplo recente que retrata muito bem tal intento foi protagonizado pela Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB) que durante discussão das medidas provisórias 664 e

---

<sup>8</sup> <http://blogdadilma.blog.br/>. Acesso em 24/12/2012.

<sup>9</sup> <http://www.brasil247.com/pt/247/poder/186526/Dilma-diz-que-cr%C3%ADticas-a-ela-t%C3%A2m-%E2%80%9Cpreconceito-sexual%E2%80%9D.htm>. Acesso em 27/06/2015.

<sup>10</sup> Trecho de entrevista de Dilma postado no “*Blog da Dilma*”, <http://blogdadilma.blog.br/>. Acesso em 27/04/2010.

665, em maio de 2015, foi agredida fisicamente pelo Deputado Federal Roberto Freyre (PPS) e verbalmente, pelo também Deputado Federal Alberto Fraga (DEM) que, em uma atitude extremamente machista e com a intenção de desqualificá-la afirmou: “a mulher que participa da política como homem e fala como homem também tem que apanhar como homem”. Outro exemplo disso é como várias pessoas que são oposição ao PT chamam tanto Lula quanto Dilma de “ladrões”, mas, não sem coincidência, somente Dilma tem sua sexualidade questionada (talvez por não se encaixar no modelo de feminilidade exigido para as mulheres, por ser uma mulher divorciada ou por ser, novamente, uma liderança com poucos traços do que se espera de uma mulher patriarcal em qualquer espaço; a docilidade, a gentileza e a necessidade de agradar a todos) ou é duramente chamada de “mulher macho” ou de “masculinizada”, não por se assemelhar com indivíduos masculinos e da forma como eles pensam e agem social e politicamente, mas sim por ousar não se enquadrar no que a feminilidade exige de indivíduos femininos.

Um tema impactante que congestionou as redes sociais durante a campanha de 2010 da Presidenta Dilma foi a sua orientação sexual. Sendo uma mulher sozinha e divorciada, acabou por ser “alvo fácil” para se colocar a sua condição heterossexual em dúvida. Para tanto, foi postado na rede a mensagem de que Dilma Rousseff teria mantido uma relação homoafetiva estável como uma moça chamada Verônica, que havia trabalhado em sua casa como doméstica, e de que ela estaria entrando na Justiça para exigir o pagamento de uma pensão.<sup>11</sup>

Novamente nos deparamos com outro “tema tabu” na cultura brasileira. Schwartzberg (1978), afirma que uma das pré-condições para alguém ser um estadista é este ter uma família – cônjuge, filhos, além de animais de estimação. Só que esta família deve ser composta por um homem e uma mulher e jamais por dois homens ou por duas mulheres. A “carta da manga” dos opositores e simpatizantes a outras candidaturas apostam nessa notícia acreditando no desgaste da imagem pública da candidata. No Brasil o “atestado de heterossexualidade” é outra condição para o indivíduo pleitear um cargo da envergadura da Presidência da República; é como se a orientação sexual interferisse diretamente na capacidade ou no direito do cidadão em assumir certos cargos ou como se não fosse lícito fazer certas escolhas.

---

<sup>11</sup> Consultar: *Blog da Dilma* – <http://blogdadilma.blog.br/>, acesso em 24/12/2012.



Apesar dos avanços, do ponto de vista do Direito, na garantia dos homoafetivos, como a recente aprovação e regulamentação do direito civil da união entre pessoas do mesmo sexo e da tramitação de um projeto de lei no Congresso Nacional que busca definir como crime a prática da homofobia, a sociedade brasileira ainda está bastante distante do efetivo respeito à diversidade sexual. O preconceito campeia as relações homoafetivas e a prática da homofobia é mais comum do que é possível imaginar.

Assim quando brasileiros usam o termo *sapatão* (bem como outros termos que façam referência à lesbianidade de forma ofensiva) para se referir a uma mulher que faz parte da política, independentemente da sexualidade da mesma, como as dirigidas a Dilma, isso se faz, entre outras coisas, com o objetivo de fazer com que mulheres sintam-se impulsionadas a se distanciar desta mulher ao invés de apoiá-la e de lutar com e por ela como também, de desqualifica-la como estadista por sua “suposta” orientação sexual.

Outro acontecimento marcante de prática de misoginia dirigido a Presidenta Dilma Rousseff ocorreu no dia 08 de março de 2015, Dia Internacional da Mulher. A Presidenta, em cadeia nacional de rádio e televisão, discursa para os brasileiros e para as mulheres em seu dia e recebe concomitantemente um “panelaço” que aconteceu em várias cidades brasileiras. Posteriormente observou-se que tal “panelaço” ocorrera preferencialmente em áreas nobres das cidades como uma forma de retaliação a Presidenta. Não obstante, o que nos chamou atenção não foi o “panelaço” em si, costume já existente, por exemplo, no País vizinho, Argentina, no qual a população costuma ir às ruas para realizar “panelaços” para reivindicar melhorias em seu País, mas os adjetivos utilizados para agredir a Presidenta, tais como “vaca”, “vagabunda”, “sapatão” enquanto as panelas eram batidas. Tais demonstrações de ódio exacerbaram uma contundente expressão de misoginia, além de tudo, como asseverou o blogueiro Leonardo Sakamoto,

é preciso muita coragem para gritar a plenos pulmões que alguém é “vaca” da janela do apartamento, com todos os vizinhos e os transeuntes na rua olhando. Coragem ou a certeza de que nada vai acontecer. Porque talvez a pessoa saiba que vivemos em uma sociedade misógina, que premia esse tipo de comportamento. Uma sociedade que é incapaz de fazer críticas ou demonstrar insatisfação e indignação sem apelar para questões de gênero. Chamar de “vaca” não é fazer uma análise da honestidade e competência de alguém que ocupa um cargo público e sim uma forma machista de depreciar uma

mulher simplesmente por ser mulher. De colocá-la no seu “devido lugar”, que é fora da política institucional.<sup>12</sup>

A violência simbólica que está por trás do uso do termo “vaca”, como explicitado acima, revela ainda, um desejo e intenção expressas de desconstrução do “outro”, de desqualificar o seu lugar social, como indevido, como um não-lugar (AUGÉ, 1994). Como não sendo o ambiente da política, particularmente da presidência do Brasil, o lugar adequado para a mulher, porque ela nada mais é que uma “vaca”. Nada mais misógino e machista que isso.

Quaisquer xingamentos à Dilma diminuem ou reduzem a condição da Presidenta pelo fato de ela ter nascido mulher, este é que é o problema e não o “panelaço” em si, no entanto, a própria escolha de uma panela para protestar contra a Presidenta nos parece algo bastante emblemático;

Por que utilizar justamente uma *panela* para protestar contra a primeira presidenta mulher eleita em nosso País? Certamente há objetos muito mais eficazes para se fazer barulho, então qual a razão da escolha das panelas? Cogitar de coincidência parece pouco verossímil, sobretudo em se tratando de uma sociedade notadamente misógina e patriarcal como é o caso da nossa. A intenção por trás do objeto escolhido é, sem dúvida, construir esta óbvia alegoria machista que visa introjetar subliminarmente a mensagem de que o lugar de Dilma é na cozinha, e não no Palácio do Planalto.<sup>13</sup>

Nestes termos, então, tanto o objeto panela, quanto os adjetivos “vaca”, “vagabunda” são a expressão de uma prática violentamente misógina e igualmente de ódio dirigidos a Presidenta. Destruí-la, desconstruí-la como mulher e como estadista parece ser a condição para aplinar o descontentamento por ela ter sido eleita.

Como se não bastassem todas as práticas de misoginia dirigidas a Dilma Rousseff em forma de cartazes expostos em manifestações, em frases altamente violentas, postadas em diferentes redes sociais, em vídeos no *Youtub*, montagens de imagens, charges etc, fomos surpreendidas com a circulação pelas redes sociais de imagens de montagens feitas com o rosto da Presidenta em que ela aparece de pernas abertas. Tais adesivos, segundo a montagem realizada, foram colados na entrada do tanque de gasolina dos carros, que quando abastecidos, passam a ideia de que a bomba de gasolina penetra sexualmente a Presidenta. Tais adesivos foram colocados à venda

---

<sup>12</sup> <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/03/08/e-preciso-coragem-para-chamar-uma-mulher-de-vaca-da-janela-do-predio/>. Acesso em 08/03/2015.

<sup>13</sup> <http://politicaecronicas.blogspot.com.br/2014/10/mulheres-na-politica-e-misoginia.html>. Acesso em 09/03/2015.

no *site* de compras “Mercado Livre”, mas diante do repúdio dos internautas, foram, no mesmo dia, retirados do ar.

Em algumas notas de repúdio à confecção dos adesivos de movimentos organizados em defesa dos direitos das mulheres foi possível lermos discursos tais como o elencado abaixo:

A liberdade de expressão tem limites regulados em lei. Qualquer tentativa de protestar contra o aumento do combustível ou contra a chefe do Executivo brasileiro ultrapassou os direitos de imagem, e passou a configurar afirmação de violência contra a mulher. A imagem da mulher no adesivo, remetem a mensagem de uma violência sexual, o que por si é uma expressão inadmissível de suportar diante do atentado a dignidade sexual que convivemos cotidianamente. Além disso, a mulher em questão é a Presidenta da República, o que reforça a violência sexista que enfrenta a mulher na política. As mulheres brasileiras se sentem ofendidas, desrespeitadas. Expressões como essa não retratam o exercício de democracia. É escárnio, deboche, é violência contra a mulher! <sup>14</sup>

A aposta no escárnio, no deboche e na violência contra a mulher expondo a Presidenta Dilma a esse verdadeiro “vexame”, a essa situação ridícula e extremante misógina, parece ter um fim bastante estratégico do ponto de vista do senso comum e dos setores mais conservadores da sociedade brasileira: desconstruir o feminismo porque ele é uma força que põe em perigo e pode desestabilizar a dominação masculina e a ordem do patriarcado presente em nossa cultura, na sociedade e na política.

Antes de concluir esse tópico gostaríamos de nos remetermos a mais duas outras situações marcadamente misóginas, sofridas pela Presidenta. A primeira diz respeito a uma matéria que foi publicada pelo Jornal Correio Popular, no dia 21 de março de 2016, intitulada “uma pessoa para namorar Dilma”, escrita pelo jornalista Joaquim Mota. Na matéria lê-se trechos como os seguintes:

(...) Se abrisse o coração para um relacionamento, tendo companhia de alguém para compartilhar os eventos e as emoções, talvez pudesse expandir os horizontes e sair um pouco desse escafandro de guerrilheira e autoridade obstinada. (...) Agora Dilma deve pensar e agir mais como mulher, mãe e avó. E decidir afetosamente, pelos milhões de brasileiros que equivalem a seus filhos.

O enxerto do discurso, acima descrito, coloca claramente a visão misógina que se pauta no medo do feminino, ou seja, no medo da mulher emancipada, que opta por uma experiência de vida na qual a figura masculina não serve de couraça de proteção afetiva e de dependência de que natureza for; ao observar-se à figura de mulher tão

---

<sup>14</sup> <http://portal.ptvs.org.br/2015/07/nota-de-repudio-movimento-de-mulheres-repudia-adesivos-com-mensagem-sexista-e-uso-da-imagem-da-presidenta/>. Acesso em 02/07/2015.

“dura”, o autor apela, para a feminilidade de Dilma, que precisa se sensibilizar pois afinal é “mulher, mãe e avó” e portanto, assim deve ver o Brasil, como um ente feminino e seu povo, como seus filhos. Por acaso, o leitor já leu tamanha comparação e necessidade de tratamento ser cobrado ao gênero masculino? Já foi solicitado a um político ver o seu País com o olhar de homem, pai ou avô? É por isso que esse discurso, não só é eivado de estereótipos do gênero feminino como igualmente, caracteriza-se por uma construção misógina e altamente violenta a figura da mulher política.

Por último, gostaríamos de propor algumas reflexões sobre uma matéria digital veiculada pela revista IstoÉ, em primeiro de abril de 2016, distribuída em seu formato impresso em seis de abril, e que traz na capa a imagem de uma Dilma enlouquecida e com a seguinte manchete: “As explosões nervosas da Presidente. Em surtos de descontrole com a iminência de seu afastamento e completamente fora de si, Dilma quebra móveis dentro do Palácio, grita com subordinados xinga autoridades, ataca poderes constituídos e perde (também) as condições emocionais para conduzir o País”.

A referida matéria produziu, nas redes sociais, pelo menos uma dezena de matérias denunciando o caráter machista e misógino desta notícia sobre o comportamento supostamente “transloucado” da Presidenta, chegando a revista, inclusive a compará-la a “Maria I, a louca”:

Um ataque às mulheres! É um acinte, um desrespeito e uma violência contra todas as mulheres a capa da Revista IstoÉ com um texto vexaminoso, utilizando todos os estereótipos e adjetivos machistas e misóginos, para desqualificar uma mulher na Presidência do Brasil!<sup>15</sup>

Tal intento, ao que tudo indica não é só o de passar a ideia de que a Presidenta estaria mentalmente desorientada e emocionalmente perturbada, mas de desconstruí-la como mulher estadista, novamente reforçando o ideal machista de que o lugar da mulher não é na política, muito menos no mais alto cargo do poder do Brasil, por ser a mulher, emocionalmente frágil, perturbada quando sofre pressão ou quando é levada a ter que tomar “sérias decisões”. Mais uma vez a tentativa extremamente violenta, é o de desqualificar a mulher para a vida política.

#### **4. A expressão dos sentimentos: ódio e ressentimento dirigidos a Dilma**

Putá, piranha, vadia, vagabunda, quenga, rameira, devassa, rapariga, biscate, piriguete. Quando um homem odeia uma mulher – e quando uma mulher odeia uma mulher também – a culpa é sempre da devassidão sexual. Outro dia um amigo, revoltado com o aumento do

---

<sup>15</sup> <https://www.facebook.com/VerdadeSemManipulacao?fref=ts>. Acesso em 03/04/2016.

IOF, proferiu: “Brother, essa Dilma é uma piranha”. Não sou fã da Dilma. Mas fiquei mal. Brother: a Dilma não é uma piranha. A Dilma tem muitos defeitos. Mas certamente nenhum deles diz respeito à sua intensa vida sexual. Não que eu saiba. E mesmo que ela fosse uma piranha. Isso é defeito? O fato dela ter dado pra meio Planalto faria dela uma pessoa pior? (...) Baranga, tilanga, canhão, dragão, tribufu, jaburu, moceira. Nenhum dos xingamentos estéticos tem equivalente masculino. Nunca vi ninguém dizendo que o Lula é feio: “O Lula foi um bom presidente, mas no segundo mandato embarangou.” Percebam que ele é gordinho, tem nariz adunco e orelhas de abano. Se fosse mulher, tava frito. Mas é homem. Não nasceu pra ser atraente. Nasceu pra mandar. Ele é xingado. Mas de outras coisas. Filho da puta, filho de rapariga, corno, chifrudo. Até quando a gente quer bater no homem, é na mulher que a gente bate. A maior ofensa que se pode fazer a um homem não é um ataque a ele, mas à mãe – filho da puta – ou à esposa – corno. Nos dois casos, ele sai ileso: calhou de ser filho ou de casar com uma mulher da vida. (...) <sup>16</sup>

(...) Na noite do último 8 de março, Dia Internacional da Mulher, fui surpreendido por um ensurdecido barulho de panelas sendo batidas na minha vizinhança, em um bairro da zona nobre do Rio de Janeiro. Era a reação a um pronunciamento televisivo da Presidente da República. O protesto, legítimo como qualquer protesto deve ser, vinha acompanhado de gritos, majoritariamente masculinos, de “vaca” e “piranha”. Quase duzentos anos depois de Joana Angélica ter sido massacrada na Bahia por se interpor em um conflito político “de homens”, a sociedade brasileira ainda admite, inclusive dentro do Parlamento, que mulheres em função pública sejam estigmatizadas pelo fato de serem mulheres. O aprendizado político, enquanto aprendizado para a vida, requer a percepção de que a participação no espaço público é um direito das mulheres. Tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz. <sup>17</sup>

Propositadamente tomamos de empréstimo os dois discursos acima descritos porque acreditamos que eles expressam muito bem o dilema, para não dizer o drama, da sociedade brasileira quando a questão é a disputa por espaços de poder, particularmente o político e o seu recorte de gênero.

O nosso intento é defender a ideia de que Dilma Rousseff foi e continua sendo exposta a toda sorte de práticas de ódio, de misoginia e de expressões de desrespeito pelo fato de ser mulher, o que se questiona nas frases de efeito propaladas por vozes ou escritas por mentes e mãos raivosas não é absolutamente o seu governo e as ações de

---

<sup>16</sup>Artigo publicado originariamente no Jornal Folha de São Paulo, escrito por Gregório Duviver. <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login-colunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregorioduvivier/2014/01/1393513-xingamento.shtml>. Acesso em 28/05/2015.

<sup>17</sup>Texto escrito por Rodrigo Elias para apresentar a Revista de História da Biblioteca Nacional, edição de junho de 2015 com o tema: Mulheres em Conflito. Acesso em 01/06/2015.

seu governo, mas ela enquanto *persona* feminina, enquanto mulher que “ousa” ocupar um espaço que não é “legitimamente seu” é um espaço que ela usurpou, mesmo tendo sido, paradoxalmente, eleita pelo voto popular.

O ódio como uma espécie de motor das manifestações contra a Presidenta Dilma nas ruas e nas redes sociais não é novidade para quem acompanha todo esse movimento, mas merece algumas reflexões sobre as razões de tamanha expressão. Obviamente as estruturas de comunicação, particularmente a internet, trataram de dar visibilidade a tal sentimento munido de toda uma expressão de ressentimento. A zona intersticial, que pretendemos aqui construir, é exatamente o espaço entre o ódio e o amor marcado por uma liminaridade, por um interstício, que batizamos de expressão de ressentimento.

Ao buscar as possíveis razões para exacerbação de tais ressentimentos nutridos por expressões de ódio e misoginia dirigidos a Presidenta, obviamente entrecortados por uma relação de gênero que busca inferiorizar o feminino e enaltecer o masculino, cremos que um outro elemento analítico pode entrar em cena para justificar tais sentimentos: a campanha de 2014 foi marcada, como já expressamos páginas atrás, por uma forte disputa entre os candidatos, onde de tudo aconteceu: desrespeitos, insinuações e boatos de todas as partes (VILLA, 2014). A polarização entre esquerda e direita no Brasil, entre os ideais conservadores e os de justiça social fizeram o Brasil se dividir de uma forma bastante otimista quanto à vitória de seu candidato e bastante violenta quanto ao seu opositor.

Ao serem computados os votos e oficialmente ser comunicado a vitória, pela segunda vez da Presidenta Dilma Rousseff, o processo eleitoral não cessou, ele continuou a existir nos discursos inflamados da oposição representado principalmente pelo PSDB, partido que disputou com o PT o segundo turno das eleições e protagonizado pelo candidato à presidência, Aécio Neves. Iniciam-se pós-eleição todo um conjunto de manifestações inclusive pró-*impeachment* da Presidenta eleita, milhares de pessoas em todo o Brasil, marcam, principalmente via redes sociais, manifestações para criticar o governo da Presidenta. Em algumas dessas manifestações era possível ler cartazes com frases tais como: “Dilma biscatona veia”; “Bolsa Família é coisa de vagabundo”; “Vai pra Cuba, comunista de merda”.

Para o filósofo Pablo Ortellado, o crescimento de um novo conservadorismo, que tem no ódio e nós acrescentaríamos, no ressentimento, sua orientação política, estaria subvertendo valores. Neste sentido,

A moral deixa de estar subordinada à política e passa a subordinar a política. (ORTELLADO apud CARVALHO, 2015, p.30)

Para o citado filósofo, o atual cenário de manifestações e insatisfação política o que levou a Presidenta a ostentar a maior queda de sua popularidade, cerca de 60% de rejeição ao seu governo, em decorrência de medidas impopulares que teve que tomar como forma de realizar o ajuste fiscal das contas no Brasil, produz duas consequências:

Primeiro, temas morais como aborto, casamento gay, drogas e maioridade penal, que eram temas menores, ganham enorme proeminência, eles pulam para frente e para o centro do debate. Depois, temas mais tradicionais como a política econômica e a social passam a ser inseridos no debate moral de forma punitiva. Então, o ‘Bolsa Família’ passa a ser errado, mas por quê? Não é por que ele é ineficaz, isso seria o discurso liberal antigo. O discurso conservador de hoje não discute a eficácia, ele discute moralmente, ou seja, o Estado está auxiliando pessoas que não trabalham, que não estudam, que não merecem receber o dinheiro que estão recebendo. (ORTELLADO apud CARVALHO, 2015, p.30)

Nestes termos, vemos claramente delinear-se nessa multiplicidade de discursos conservadores e contrários ao governo da Presidenta uma forte expressão de ressentimento marcado pela ameaça e medo de perder ou não poder reconquistar o *status quo*:

Um *profundo ressentimento* pode surgir (...) entre os membros da maioria, sobretudo entre aqueles que têm a impressão de que seu *status* está ameaçado, que creem ter perdido valor, que não se sentem mais em segurança. Esse ressentimento surge quando um grupo marginal socialmente inferior, desprezado e estigmatizado, está a ponto de exigir a igualdade não somente legal, mas também social; quando seus membros começam a ocupar, na sociedade majoritária, posições antes inacessíveis a eles. (ELIAS apud HAROCHE, 2004, p. 336)

Ensina-nos Voltaire que “as mágoas secretas são ainda mais cruéis do que as misérias públicas” (VOLTAIRE, 1990, p.95). O que se observa é uma luta pela ocupação de espaços de poder marcados por uma espécie de crise hierárquica, que parece estar “bagunçando” e redefinindo a antiga estrutura e estratificação social brasileira. Os governos de Lula e Dilma permitiram essa “dança das cadeiras” e o processo de empoderamento das classes populares que ascendem da “classe d” para a “classe c” parece incomodar a elite secular conservadora do Brasil, acostumada a não se sentir ameaçada em sua posição e suas benesses:

Um grupo marginal desprezado, estigmatizado e relativamente impotente, enquanto seus membros se contentarem com as fileiras inferiores que, segundo a concepção dos grupos estabelecidos, é equivalente a seu grupo, e enquanto se comportarem conforme seu status inferior, como seres subordinados e submissos (...). Mas eles

sentem como uma humilhação insuportável ter que entrar em concorrência com membros de um grupo marginal desprezado. (ELIAS *apud* HAROCHE, 2004, p. 336)

É importante destacar que o cenário de praticas misóginas sofridas pela Presidenta não são redutíveis, exclusivamente, a uma violenta luta de espaços de poder masculino e feminino, numa sociedade marcadamente patriarcal, o que está em jogo também e em disputa igualmente é uma luta de classes, que acaba subsumida naquela, porém não é menos importante. O ressentimento que nutre e atravessa, até o presente momento, o governo Dilma, não é apenas uma “luta dos sexos”, é também uma “luta de classes” numa sociedade marcada pela desigualdade social e práticas hierárquicas que tentam, todo o tempo, classificar e demarcar os lugares dos ricos e dos pobres, dos empresários e dos trabalhadores. As práticas de ressentimento passam pelo inconformismo das elites seculares no Brasil de assistirem a ascensão e o empoderamento das classes populares e se expressam, de forma contundente, naquela que seria uma das responsáveis por este novo quadro: a Presidenta Dilma. O grupo político opositor ao atual governo da Presidenta representa os interesses dessa elite ressentida e inconformada de ver seus espaços de atuação pública, cultural, social e econômica serem subsumidos por uma classe em ascensão, de tal sorte que a elite no Brasil aciona o ressentimento como “uma resposta inconsciente, efeito longínquo de uma angústia ignorada, recalçada, ligada ao sentimento ameaçador de uma negação da existência.” (HAROCHE, 2004, p. 336). E ainda:

Esse reconhecimento limitado, levemente humilhante, devia ser gerador de frustração e de ressentimento que levaria, veremos, a um verdadeiro ódio, não tanto em relação às elites dirigentes, mas em direção àqueles que, refugiando-se na cultura humanista, podiam subtrair-se àquela identificação humilhante. O ressentimento se desenvolve a partir da impossível dominação das classes médias humanistas, liberais, pela outra parte das classes médias, as nacionalistas, que não suportavam que iguais a elas pudessem subtrair-se, escapar aos mecanismos de poder. Esta subtração desencadeia então processos, reações de raiva, de crueldade e de sadismo. (HAROCHE, 2004, p. 337-338)

Elias ao analisar sobre a origem do processo que provoca o ressentimento “a partir da emergência progressiva de uma decepção, uma desilusão, uma amargura, uma frustração rastejante” (ELIAS *apud* HAROCHE, 2004, p.338) nos ajuda a refletir sobre a *persona* Dilma Rousseff, ela parece ser – por ser mulher, por ser apoiada por Lula, por ser petista etc – o “bode expiatório” que permitirá à elite destilar o seu ódio a tudo que os “inferiores” estão os obrigando a ver e conviver: a insuportável ascensão e, principalmente, empoderamento, dos “inferiores”, ou seja, das “classes populares”;



E é precisamente este ponto que nos parece decisivo: esse processo se exprimirá não em relação a seus superiores, mas sob a forma de desprezo, de raiva odiosa, obstinada e sistemática ao inferior, ao fraco, ao marginal em relação às hierarquias sociais e políticas, aos estranhos à nação. Como membros da classe média inferior humanista, os judeus serão vítimas privilegiadas desse ressentimento. Dessa forma, o que devia provocar a raiva dos nazistas é o fato de não conseguirem dominar as classes médias inferiores em *status* e poder, uma vez que as classes humanistas, liberais, subtraíam-se aos mecanismos de poder. (HAROCHE, 2004, p. 338)

Nestes termos, podemos por analogia, defender que baseadas na citação acima descrita, Dilma, da mesma maneira que os judeus é a representante do “inferior”, e ela mesma é a “inferior”, por ser mulher. A mulher que se mete num campo que não é seu, ela é a “inconveniente”, que está no lugar errado e na hora errada.

Ao propormos a noção de ressentimento, a partir de Elias, para pensar as atuais manifestações de ódio dirigidas a Dilma Rousseff por meio dos encontros públicos ocorridos tanto na Copa das Confederações, em 2013, como nas Manifestações de rua, em 2014, bem como o escárnio em forma de charges, sátiras e comicidade produzidas para desconstruir a sua imagem pública, em obras como as de Terra (2014) e Fiuza (2014), se justificam as expressões, emanadas por parte da população brasileira, que tentam ganhar “ares” de coletividade, de vontade e ação coletiva;

A coletividade aparecia como sagrada, superior aos indivíduos em questão: emoções ligadas à coletividade possuíam um caráter enigmático e obscuro, exterior e acima dos indivíduos. (ELIAS *apud* HAROCHE, 2004, p. 338)

Tais manifestações públicas contra Dilma, ao estarem “acima dos indivíduos” e serem uma encenação da coletividade, criam, nos termos de Mauss (1979) uma expressão coletiva e obrigatória dos sentimentos, neste sentido;

Não só o choro, mas toda uma série de expressões orais de sentimentos não são fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos sociais, marcados por manifestações não-espontâneas e de mais perfeita obrigação. (MAUSS, 1979, p.1147)

As *performances* de ódio, os gestos de empunhar cartazes, escritos em caixa alta, que expressam palavras de ordem contra as ações administrativas e a vida privada da Presidenta, as palavras, formando frases de efeitos no *ciberespaço* para igualmente a desqualificar, são, antes de qualquer coisa, “ação simbólica” que ganha aderência na relação direta com que são adotados por uma determinada coletividade.

Mas todas as expressões coletivas, simultâneas, de valor moral e de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, são mais que meras manifestações, são sinais de expressões entendidas, quer

dizer, são linguagem. Os gritos são como frases e palavras. É preciso emití-los, mas é preciso só porque todo o grupo os entende. É mais que uma manifestação dos próprios sentimentos, é um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer. Manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros. É essencialmente uma ação simbólica. (MAUSS, 1979, p.153)

Muitos dos que participam alimentando o discurso do ódio e do ressentimento contra a Presidenta Dilma, parecem agir com a obstinação de quem, movido pela dor, espera por meio da expressão do ressentimento, minorar suas mazelas.

## **5. Considerações Finais**

Quando Dilma Rousseff disputou pela primeira vez as eleições para presidente no ano de 2010, teve que lidar com inúmeros desafios, o maior deles talvez, o machismo. Sua imagem, como vimos, foi atacada de diversas formas. Questionaram sua sexualidade, sua vida íntima, sua racionalidade. Na disputa de 2014 não foi diferente, apesar de estar no cargo há quatro anos, Dilma sofreu os mesmos ataques da eleição anterior com o diferencial do uso exagerado das mídias sociais para atingir sua imagem.

Como já foi observado nesse artigo, a construção e desconstrução da imagem dos candidatos durante o processo eleitoral faz parte do espetáculo político. O candidato ou candidata deve se apresentar e encenar a fim de convencer o público, ou seja, os votantes. Toda a imagem do postulante passada através dos veículos de informação tem o objetivo de orientar a escolha do eleitor. No *ciberespaço* essas informações tomam uma dimensão completamente diferente da que pode ser percebida na televisão, pois o *ciberespaço* permite a interação dos atores políticos envolvidos.

Se por um lado essa interação facilita na construção das imagens que os políticos pretendem passar para seu eleitorado, por outro lado a interação maximiza os efeitos da desconstrução dessas imagens. No caso de candidaturas femininas o processo de desconstrução ou retirada de legitimidade política, que é a base da representação, é quase sempre feita sob a lógica machista da sociedade. As desconstruções que os políticos sofrem durante o processo eleitoral passam pelo recorte de gênero. As mulheres que se atrevem no mundo público têm como desafio enfrentar a dura realidade machista. Durante toda a campanha de 2014 pudemos ver, com clareza, a forma hostil com que muitos eleitores se dirigiam às candidatas nas principais redes sociais em uso no Brasil. Xingamentos, ofensas à sua imagem e ao seu corpo foram destilados nos mais diversos perfis virtuais.

Durante os debates, por exemplo, ficou patente a maneira machista com que os candidatos homens tratavam as suas concorrentes. Dilma e Luciana foram chamadas de Levianas por Aécio Neves (PSDB). Essa postura foi denunciada em diversos manifestos nas redes sociais. No *Twitter*, *Facebook* e outras redes, os eleitores chamavam a atenção para a forma grosseira como Aécio tratou as candidatas presentes nos debates. O político chegou a levantar o dedo para as concorrentes algumas vezes durante os debates televisivos. Em um episódio chegou a ser repreendido, em rede nacional, pela candidata Luciana Genro (PSOL). Esse fato movimentou as redes sociais e gerou uma comoção de apoio as candidaturas femininas, como protesto ao machismo.

Como vimos ao longo do artigo, não é fácil ser do gênero feminino em uma sociedade marcada pela dominação masculina, mais difícil ainda, parece ser a disputa por espaços de poder político. Tal ambiente, marcado em sua maioria pelo gênero masculino, não vê com “bons olhos” a convivência, o diálogo e o trabalho em comum com o outro gênero.

Pela primeira vez assistimos a ascensão de uma mulher ao mais alto cargo do Brasil, a Presidência da República, e por ironia, estamos assistindo, igualmente a sua queda, uma vez que ao governar o país por cinco anos e quatro meses, a presidenta encontra-se afastada por 180 dias de seu mandato para responder a um processo de *impeachment*, com fortes indícios de que não conseguirá retomar o seu posto.

Assim, como uma última reflexão nos perguntamos e ao mesmo tempo deixamos para análises posteriores, se uma das causas que motivaram as práticas de misoginia e de desrespeito a mulher Dilma Rousseff e que eclodiu com o seu afastamento, não se deve a sua identidade de gênero? Será que se o presidente fosse um homem, teria ele recebido os mesmos ataques dirigidos a Dilma, tal como apresentamos nesse artigo? Cremos que não. E diríamos ainda mais: a presidenta Dilma incomoda porque, por ser mulher, ela abala a ordem estabelecida que é baseada na dominação masculina. Os discursos de misoginia dirigidos a ela, como alguns dos que reproduzimos nesse texto intencionam abalar o feminismo, personificado na primeira mulher eleita Presidenta do Brasil.

Dilma Rousseff, por sua representação de primeira mulher eleita Presidenta do Brasil e por sua biografia pessoal e pública, bem poderia ser o ícone, o arquétipo de uma nova sociedade; talvez por isso ela incomode tanto, porque ela desestabiliza, ela conflitua, ela põe em xeque a ordem estabelecida. Por isso ela é uma “vaca”, uma

“vadia”, um “bode expiatório” para aqueles e aquelas que pretendem continuar no mesmo, na ordem do sempre que enquadra e classifica, violentamente, os lugares do ser homem e do ser mulher.

### **Referências Bibliográficas**

- AUGÉ, Marc. Não-Lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas, SP, Papirus, 1994.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Imagens Ritualizadas. Apresentação de mulheres em cenários eleitorais. Campinas, SP, Pontes Editores, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4ª ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.
- GOMES, Wilson da Silva. Transformações da política na era da comunicação de massa. São Paulo, Paulus, 2004.
- HAROCHE, Claudine. Elementos para uma Antropologia Política do Ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org). Memória e (Res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível. 2ª ed, Campinas – SP, Editora da Unicamp, 2004.
- LEACH, Edmund. Cultura e Comunicação. A lógica pela qual os símbolos estão ligados. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978.
- LÉVY, Pierre. Cibercultura. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 1999
- MAUSS, Marcel. Antropologia. Organizador (da coletânea) Roberto Cardoso de Oliveira; (Tradução Regina Lúcia Moraes, Denise Maldi Meirelles e Ivonne Toscano). São Paulo, Ática, 1979. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 11.
- MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. Caleidoscópio Convexo. Mulheres, política e mídia. São Paulo, Editora Unesp, 2011.
- \_\_\_\_\_. Gênero e Política na mídia brasileira. [http://www.mulheres.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-midia/g\\_nero\\_e\\_pol\\_tica\\_na\\_m\\_dia.pdf](http://www.mulheres.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-midia/g_nero_e_pol_tica_na_m_dia.pdf). Acesso em 28/05/2015.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Sociedade. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jun./dez, 1996.
- SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. O Estado Espetáculo. Rio de Janeiro, Difel, 1978.
- TERRA, Renato. Diário da Dilma: A seção da revista piauí que satiriza a agenda da presidente. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.
- VILLA, Marco Antonio. Um País Partido. 2014: a eleição mais suja da História. São Paulo, LeYa, 2014.
- VOLTAIRE. Cândido, 20 (trad. M. E. Galvão G. Pereira). São Paulo, 1990.